

Considerações psicanalíticas sobre o psicofármaco

*Psychoanalysis thoughts about the
psychotropic drug*

Ana Luisa Ribeiro, Cristina Moreira Marcos

Resumo

O ponto central deste artigo é situar o lugar do psicofármaco no tratamento do mal-estar do sujeito pós-moderno, valendo-se de uma leitura psicanalítica. Se na concepção freudiana clássica do sintoma ele está articulado ao sentido, as novas formas de sintoma apresentam-se fora de um sentido subjetivo. A partir disso, pode-se indagar se o uso abusivo de medicamentos psicotrópicos pode ser entendido como uma nova resposta ao sem sentido do sintoma, ou seja, se o uso do psicofármaco poderia ser considerado como um novo sintoma da pós-modernidade. Trabalha-se com a hipótese de que, com esse produto esvaziado de sentido – o psicofármaco –, o sujeito pós-moderno procura suspender, pelo menos de modo provisório, a sua divisão subjetiva. Por fim, aproximamos o psicofármaco do termo grego *phármakon*, que significa ao mesmo tempo remédio e veneno, a partir da leitura de Jacques Derrida, em *A Farmácia de Platão*.

Palavras-chave

Mal-estar, psicofármaco, sintoma

Abstract

*The central point of this article is to put into perspective the role of psychotropic drugs in the treatment of postmodern subject's discontents, through the lens of psychoanalysis. If in the classic Freud's conception about symptom, it's connected to the construction of the meaning, this new form of symptom presents without subjective sense. From this, one can ask if the abuse of psychotropic drugs can be understood as a new response to a lack of the sense of symptom. In other words the question is, is the use of psychotropic drugs a new symptom of post modernity? Working with the hypothesis that, the psychotropic drug – emptied of meaning - the postmodern subject seeks to suspend, at least temporary, its subjective division. Lastly, we approximate the psychotropic drug of Greek generic term *phármakon*, meaning at the same time remedy and poison, from reading Jacques Derrida, in *Plato's pharmacy*.*

Keywords

Discontents, psychotropic drug, symptom

Ana Luisa Ribeiro

**Pontifícia Universidade
Católica - Minas Gerais**

Mestrado em Psicologia pela
Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais (2015).

Cristina Moreira

Marcos

**Pontifícia Universidade
Católica - Minas Gerais**

Professora Titular da Pontifícia
Universidade Católica de Minas
Gerais, Brasil

A destituição de um sentido: do sintoma freudiano ao novo sintoma pós-moderno

Para os leigos e para a medicina, os sintomas constituem a essência de uma doença, e a cura consiste justamente na remoção destes. No texto *Os caminhos da formação dos sintomas*, Freud (1969 [1916-1917]) conceitua os sintomas – psíquicos – como “(...) atos, prejudiciais, ou, pelo menos, inúteis à vida da pessoa, que por vez, deles se queixa como sendo indesejados e causadores de desprazer ou sofrimento” (FREUD, 1969 [1916-1917], p. 419). O ponto central levantado por Freud (1969 [1916-1917]) no texto *O sentido dos sintomas* é que os sintomas têm um sentido e se relacionam com as experiências do paciente. Os sintomas neuróticos, para Freud, são resultados de um conflito, e este surge como nova forma de satisfazer a libido. As duas forças que entraram em batalha encontram-se novamente no sintoma e se reconciliam por meio do acordo representado pelo sintoma formado. É por isso que o sintoma é tão resistente: é apoiado pelas duas partes da luta. Um dos componentes do conflito é a libido insatisfeita, que foi repelida pela realidade e deve retirar-se do eu, devendo então procurar outras vias para satisfazer-se, de acordo com as exigências do princípio do prazer.

O sintoma neurótico surge, portanto, como um derivado extremamente distorcido da realização de desejo libidinal inconsciente, com dois significados em completa contradição mútua, de uma forma ambígua, porém muito bem escolhida. Pelo caminho indireto do inconsciente e das fixações, a libido consegue achar sua saída até uma satisfação real – embora seja uma satisfação restrita.

O sintoma, como um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional, é o retorno do recalcado, já que remete a uma mensagem da produção inconsciente. Por isso pode-se afirmar que essa concepção clássica de sintoma mantém a estrutura de metáfora, pela qual se processa a substituição significativa própria da ordem simbólica (SANTIAGO, 2001).

Se a concepção psicanalítica de sintoma está articulada à palavra e ao sentido subjetivo, as novas formas de sintoma, na pós-modernidade, mostram-se fora de um sentido e se fazem presentes de forma mais direta no corpo. Referem-se muito mais ao corpo enquanto organismo do que ao inconsciente e embora não apontem para um sentido oculto não deixam de ser evidentes e ruidosas. O psicofármaco, ao tentar silenciar tais ruídos, torna-se a resposta ideal a tais sintomas porque trabalha para o silêncio. Para Magalhães (2005, p. 2):

os novos sintomas não são sintomas no sentido clássico, pois não têm como função ordenar o gozo. Eles expressam um gozo solto. Se, no sentido clássico, o sintoma traz satisfação inconsciente, nos novos sintomas não há enigma.

Na modernidade, época de Freud, a repressão tinha sua importância na estruturação da sociedade, enquanto a interdição veiculada, regulada pela função paterna, era capaz de apontar a falta como condição do desejo. Como bem considerou Miller (2004, p. 01), “a moral civilizada, no sentido de Freud, dava uma bússola, um corrimão aos desamparados, sem dúvida porque ela inibia”. Observa-se, em contrapartida, na pós-modernidade, época dos desinibidos ou desbussolados (MILLER, 2004), o aumento da escolha do sem palavras, da ausência de laço social, e, como decorrência disto, os novos sintomas desconectados do sentido.

Atualmente a ciência fornece operadores químicos capazes de se constituir como reguladores da economia libidinal, cuja finalidade é extrair satisfação em nível do corpo. Por isso, para Santiago (2001), enquanto efeito de discurso, é possível falar da toxicomania como uma nova forma de

sintoma. Pode-se pensar que, se a droga aparece como uma técnica substitutiva que auxilia o sujeito frente às dificuldades mundanas, o psicofármaco seria também uma construção substitutiva auxiliar que intervém no ponto em que o sintoma neurótico se revela uma saída insuficiente para as dificuldades do sujeito diante do seu mal-estar do desejo. O uso abusivo do psicofármaco seria também “como uma tentativa de lidar com os efeitos insuportáveis do retorno do recalcado por uma via distinta daquela do sintoma, concebido como uma formação inconsciente substitutiva” (SANTIAGO, 2001, p. 12).

A partir disso, pode-se indagar se o uso abusivo de medicamentos psicotrópicos pode ser entendido como uma nova resposta ao sintoma, ou seja, se o uso do psicofármaco poderia ser considerado como um novo sintoma da pós-modernidade. Segundo Vieira (2013), os sintomas contemporâneos produzem novos sintomas, e a medicação é de fato um sintoma pós-moderno. A época atual, para o autor, é a dos excessos, e não a da falta. A demanda não é a de sentido, da decifração de um enigma, mas de um endereçamento do sofrimento ao Outro. Qualquer forma de restrição pode se tornar uma crise, e com isso a tendência à medicalização da existência (LAURENT, 2012; VIEIRA, 2013).

Segundo Miller (2004, s.p.), “na palavra sintoma, o ‘sin’ se foi e só restou o ‘toma’”, e o sintoma foi reduzido ao distúrbio, passível, portanto, de ser solucionado. Por um lado, o da ciência e da bioquímica, o sintoma é tratado pelos medicamentos cujos alvos são cada vez mais precisos. Do lado do sentido, o sintoma continua existindo como resto, a título de resíduo. O sintoma, por ser caracterizado como simbólico, é essencialmente significativo e se apresenta como metáfora. Portanto, é na ordem de significativo que ele deve ser interpretado, logo, não medicado. Para Santiago:

Daí resulta a hipótese que faço de que a prática de uma droga aparece, na elaboração freudiana, como uma técnica de substituição oriunda da satisfação substitutiva do sintoma. Para mim, deve-se ressaltar o interesse de Freud em acentuar, na toxicomania, a posição do sujeito quanto à saída do sintoma. [...] O recurso à droga faz-se, pois, como uma ação substitutiva, no momento em que o sintoma se mostra insuficiente como resposta para o sujeito. Gostaria, porém, de insistir na eficácia provisória da função apaziguadora dessa técnica do corpo, destinada a obter satisfação no quadro de impasses crescentes do programa da civilização [...] (SANTIAGO, 2001, p. 109).

A partir do plano de ação comprometido e prometido pela evitação do mal-estar, o passo seguinte torna-se natural: buscar uma técnica capaz de reduzir ou eliminar o sintoma psíquico, como se esse pudesse ser tratado da mesma maneira que o sintoma biológico, objetivável, como se ele pudesse ser localizado no espaço e no tempo. A eficácia dos tratamentos passa a ser avaliada por meio de critérios apenas objetivos que favorecem as intervenções que atuem diretamente na redução e controle dos sintomas, desconsiderando qual o sentido deles (CALAZANS; LUSTOZA, 2008).

Se o psicofármaco é considerado um sintoma da pós-modernidade, qual é o sentido que ele encerra? Por ele tentar suprimir a busca de um sentido em forma de questão, talvez o sentido seja justamente o de não querer saber, o não querer buscar a decifração do enigma do sintoma e, conseqüentemente, não querer se implicar no seu sofrimento, no seu mal-estar. O sentido consiste justamente na presença constante da fuga de sentido e conseqüentemente na queda do efeito de sentido.

A intervenção medicamentosa esperada é sempre aquela que leva em conta a singularidade do sujeito, que possibilite o trabalho analítico, que permita ao sujeito tratar o real pelo simbólico. Por isso é preciso retomar a ideia de que o mal-estar como efeito da ausência de satisfação total ou da

completude é inerente à condição de ser humano. O mal-estar, como resultado das negociações no processo civilizatório, como preço a pagar pela cultura, é fundante porque constitui o homem. Por esse caminho, não faz sentido tentar eliminá-lo.

Os ideais propostos pela ciência e pelo capitalismo estariam levando hoje à pretensão de eliminar tudo que esteja ligado à falta. Assim, ao se considerar que o uso abusivo das drogas “lícitas” é um novo sintoma da pós-modernidade, é preciso estar atento aos significantes mestres que ordenam o social e aos modos de gozo que respondem a eles. Isso implica voltar-se para o discurso do mestre proposto por Lacan e buscar os significantes contemporâneos que ele aponta.

Dos discursos ordenadores do laço social ao discurso capitalista

Os quatro discursos apresentados por Lacan no seminário *O avesso da psicanálise* são quatro configurações significantes que se diferenciam e se especificam por sua distribuição espacial. Segundo Lacan: “[...] o que está em questão no discurso como uma estrutura necessária, que ultrapassa em muito a palavra, sempre mais ou menos ocasional. O que prefiro, disse, e até proclamei um dia, é um discurso sem palavras.” (1992 [1969-1970], p.11). O discurso é, para Lacan, um modo de relacionamento social representado por uma estrutura sem palavras, sem a ideia de um discurso falado, sendo a articulação da cadeia significante o que produz o discurso.

Lacan compõe a estrutura dos discursos com quatro termos e quatro posições, a saber: significante-mestre (S1), o saber inconsciente (S2), o mais-de-gozar ou pequeno a e o sujeito barrado (\$). Esses termos circulam por lugares ou posições definidas: do agente, do Outro, da produção e da verdade. A figura abaixo ilustra os lugares destes termos no matema dos quatro discursos proposto por Lacan:

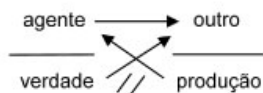


Figura 1 - Os lugares no matema dos quatro discursos.
Fonte: LACAN apud ÁVILA, 2014, p.26

O agente, sustentado pela verdade, domina sobre os outros elementos da estrutura quadripartite, ou seja, o elemento que ocupa este lugar é o que define a modalidade do discurso, pois ele incide sobre o Outro, fazendo-o trabalhar para que se produza algo (JACOB; PINTO COHEN, 2010). O outro é aquele a quem o discurso se dirige e precisa do agente para se constituir. A produção é o efeito do discurso, é aquilo que resta. E por fim há o lugar da verdade, que tem como função sustentar o discurso. Observa-se, na escrita do discurso, na parte superior da barra, que há uma seta que liga a posição do agente à do Outro, ou seja, há uma relação direta e imediata entre eles. Na parte de baixo do discurso, observa-se que há, na figura, uma interdição (//) entre a verdade e a produção, demonstrando que a verdade não pode ser toda dita.

Os termos do discurso ocupam alternadamente cada uma das posições estruturais, não aparecendo em uma ordem fixa. O S1, o significante mestre, é o que possibilita o enquadramento do sujeito no universo simbólico. Sua existência é determinada pela rede significante denominada por Lacan como saber inconsciente, ou S2. O S1 é aquele que representa um sujeito para um outro significante, sendo o significante mais primitivo do sujeito. O S2 é o suporte do saber; o \$ representa o sujeito dividido, e o objeto a, o mais-de-

gozar, tem o mesmo sentido da mais valia para Marx, sendo o a mais que não pode ser pacificado (JACOB; PINTO COHEN, 2010).

O objeto a é definido também como resto da operação de surgimento do sujeito na cadeia significante, podendo equivaler-se como causa de desejo, quando representa aquilo que provoca desejo, ou como mais-de-gozar, quando é tomado como suplemento de gozo a ser recuperado na repetição da cadeia significante. O objeto a, ao escapar a toda captura e resistir à apropriação significante, remete à falta no campo simbólico ou no campo do Outro (TEIXEIRA; COUTO, 2010).

A tentativa de compreender as transformações na sociedade pós-moderna desloca o olhar para os notórios avanços técnico-científicos. Ao considerar tais aspectos, faz-se necessário investigar os ideais engendrados na pós-modernidade, via discurso capitalista, uma modificação sofrida pelo discurso do mestre a ser exposto no decorrer deste artigo, e situar o lugar da produção de objetos da ciência no núcleo do discurso.

Por esse caminho será possível tentar entender o lugar ocupado pelo psicofármaco na pós-modernidade, momento que engendra a proposta de uma satisfação pulsional rápida, eficaz e acessível, como pretendem os objetos aí produzidos. Por isso, faz-se necessário discorrer brevemente sobre o discurso do mestre, já que o discurso capitalista a partir do qual será possível pensar o lugar do psicotrópico como objeto de estudo desse artigo, é definido por Lacan como uma mutação no discurso do mestre.

O discurso do mestre

É no discurso do mestre que Lacan faz alusão ao termo “avesso” - título concebido por Lacan no seu seminário 17, O avesso da psicanálise. Segundo Ávila:

O discurso do mestre é abordado por Lacan como o discurso do inconsciente. O significante mestre, (S1), agente de castração, quando remetido em direção aos outros significantes que compõem a rede do saber (S2), produz uma entropia, uma perda, um desperdício de energia a ser recuperada na forma do mais-de-gozar, (a). Esse mais-de-gozar, (a), oriundo da repetição de S1 sobre S2, permite o funcionamento do inconsciente. É sob a lógica do discurso do mestre, discurso esse que imprime uma renúncia pulsional ao sujeito, que se torna possível obter como finalidade, a organização e desenvolvimento da cena social. Portanto, ele é considerado uma forma de laço social civilizador. (ÁVILA, 2014, p.29).

A intervenção do significante mestre (S1) no campo do saber (S2) possibilita o surgimento do sujeito dividido, o \$. Ao mesmo tempo essa articulação define algo como perda, o pequeno a. Esse objeto perdido, causa de desejo tem fundamental importância na estrutura constitutiva dos discursos. Essa estrutura é chamada por Lacan de Discurso do Mestre. Para Lacan (1992 [1969-1970]):

[...] é fato, determinado por razões históricas, que essa primeira forma, a que se enuncia a partir desse significante, que representa um sujeito ante outro significante, tem uma importância toda particular na medida em que, entre os quatro discursos, ela se fixará no que iremos enunciar este ano como discurso do mestre. (p. 18).

Esse discurso sugere, a partir da dialética hegeliana, o Senhor e o Escravo, um ato governamental, no qual o Senhor ordena ao escravo que ele trabalhe e produza objetos para seu consumo. A partir da leitura de Lacan, é possível perceber que, apesar de o Senhor cumprir seu lugar de autoridade e comandar o trabalho do Escravo, o saber está situado ao lado do Escravo. Fica claro, na estrutura do discurso do mestre, que o Escravo é quem detém

o saber sobre a produção, e por isso, esse saber (S2) caracteriza-se como um saber-fazer. A verdade do mestre é que ele é castrado, e o escravo tem algum saber sobre a castração do Senhor, pois o \$ no lugar da verdade mostra que o sujeito não é unívoco, mas dividido (COELHO, 2006).

O que faz do Senhor um Senhor, ao ocupar esse lugar e associar uma dívida do Escravo para com ele? Para Lacan (1992 [1969-1970]), o Senhor se torna agente desse discurso por haver renunciado ao mais-de-gozar e se expor à morte, apesar de permanecer fixado a essa posição. Com isso, o Senhor privou o escravo da disposição do seu corpo, deixando-lhe o gozo.

No discurso do mestre, o mais-de-gozar (a) está situado no lugar da produção, é elevado à condição de causa de desejo do mestre e apontado no ato de repetição do trabalho do escravo. Contudo, o desejo do Senhor, que é por ele próprio desconhecido, lhe permite defini-lo como desejo do Outro, uma vez que é o Escravo quem detém o saber sobre o desejo do Senhor e a ele apresenta os objetos que pretendem saciá-lo. O Escravo é que ocupa o lugar de Outro do Senhor, uma vez que ele é a condição pela qual o Senhor alcança a satisfação do seu desejo, mas uma satisfação sempre parcial e estritamente dependente do desejo e do trabalho desse Outro. Assim, ao trabalhar, o Escravo desvela a essência do Senhor, ou melhor, a excelência do Senhor é sustentada pela existência do \$ no lugar da verdade, o que denuncia, a um só golpe, a castração do mestre/Senhor.

O discurso do mestre, discurso central e paradigma do ideal como concebido por Lacan (1992 [1969-1970]), já não dá conta das questões impostas pela sociedade atual, pois, ao ser subvertido pelo discurso capitalista, trouxe inúmeras consequências que desafiam a psicanálise. O sujeito da pós-modernidade é aquele que busca respostas imediatas para seu sofrimento, buscando se satisfazer com objetos criados pela ciência e altas tecnologias para ser feliz.

Segundo Jacob e Pinto Cohen (2010), a pós-modernidade destituiu o antigo mestre de seu lugar e esse lugar ascende um novo mestre, que fica representado pelo sujeito. Dessa forma, Lacan nomeia o discurso capitalista, não sendo este propriamente o quinto discurso, mas apenas uma mutação do discurso do mestre. No discurso capitalista não há mais espaço para a falha: embora haja o reconhecimento da falta, há também uma promessa de tamponá-la.

A partir do tratamento psicanalítico, pode-se apostar na possibilidade de alcançar o lugar - a verdadeira causa do desejo - que revela a função que a droga encarna. Nesse sentido, o sujeito engaja-se numa relação de busca e não de encontro com o objeto - objeto a - o qual decai na hora de sua separação com o Outro. Entrar na estrutura discursiva do simbólico implica uma perda estrutural, e dessa maneira o ser falante constitui-se como falta-a-ser. Uma vez que a psicanálise pressupõe que os discursos carregam a incurabilidade da falta estrutural, é preciso voltar à questão inicial, ou seja, como o psicofármaco tende a “resolver” o mal-estar do sujeito pós-moderno.

O lugar do psicofármaco no discurso capitalista

Segundo Quinet, o mal-estar da civilização se apresenta como doenças provenientes do discurso capitalista. Ele afirma: “este sim, corrige-se Lacan, é o laço social dominante em nossa sociedade - e não o discurso da universidade como discurso do mestre moderno, como afirmara no seminário O avesso da psicanálise, em 1969/1970” (QUINET, 2006, p. 38).

É possível notar, como demonstra a figura abaixo, que o discurso capitalista rompe com a lógica dos quatro discursos radicais trabalhados por Lacan (1992 [1969-1970]) no Avesso da psicanálise, apresentando uma inversão entre os termos que ocupam os lugares do agente e da verdade do discurso do mestre:

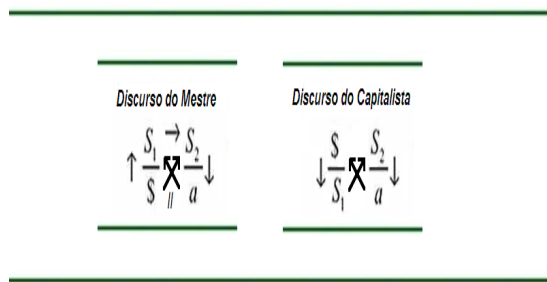


Figura 2 - Matema do Discurso do Mestre e Matema do Discurso Capitalista
 Fonte: Fonte: LACAN apud ÁVILA, 2014, p.29

Como é possível constatar no matema, não há relação entre o agente e o outro, a quem esse discurso se dirige. No lugar da verdade, encontra-se o capital (S_1) como significante mestre desse discurso, e o sujeito é reduzido a um consumidor (\$) de objetos produzidos pela ciência e tecnologia. As mudanças ocorridas na estrutura do discurso do mestre, assinaladas por Lacan em 1972, permitem-no considerar tal discurso como um discurso astuto, porém insustentável.

Visto que a pós-modernidade é marcada pelo impositivo do novo, pela troca constante de objetos, não é por acaso que a época atual é a considerada por Miller (2004) como a época do objeto a , da sua subida ao zênite da civilização. Esse novo astro que se eleva ao céu social, ao ponto mais alto como objeto a , vai em direção ao sem medida, ao mais além, que segue o ciclo não mais o das estações, mas ao de uma aceleração frenética, uma inovação apressada e acelerada. Miller questiona se esse objeto a seria a nova bússola da civilização pós-moderna, o qual tem um lugar dominante e que convida o sujeito a ultrapassar suas inibições.

É por constatar a difusão entre os sujeitos dessa crença de que o objeto é sempre disponível, que Lacan (2000 [1971-1972]) afirma que o discurso capitalista engana os sujeitos ao prometer um encontro inexistente. O engano não acontece simplesmente em decorrência da crença na disponibilidade do objeto no mercado, mas sobretudo por esse discurso fazer supor que o sujeito é seu agente, quando, na verdade, é o objeto que o possui.

Nesta conferência de 1972, Lacan sustenta que o discurso capitalista é dotado de um ritmo muito rápido e é utilitário do saber científico para produzir objetos a serem consumidos e destruídos, cujo funcionamento, a partir da mais valia, produz objetos elevados à categoria de objeto a na sua vertente do mais-gozar. Desta forma, a sociedade de mercado oferece ao sujeito objetos elevados à categoria daquilo que supostamente completaria a falta-a-ser. Como consequência, no discurso capitalista o objeto a perde sua característica de deslizamento e se apresenta como possibilidade de acesso. Logo que o objeto não é de fato acessível, o sujeito se perde nesse circuito enganoso e se queixa do seu mal-estar, tentando burlar a sua verdade, a de que é dividido e limitado.

Uma vez alienado, o sujeito aceita os ditames da cultura capitalista, acreditando no poder de complementação dos objetos. Instala-se, dessa maneira, um circuito do consumo excessivo, que torna a extração de gozo um círculo incessante em torno de um gozo perdido e ofertado como possível. Disso se conclui que o discurso capitalista consente com o rechaço da castração e faz existir o ídolo capitalista com a produção dos objetos a , denominados por Lacan (1992 [1969-1970]) de *latusas*.

Para Rubião (2008) como em um círculo vicioso, marcado por um forte traço de ilusão, o remédio para a decepção generalizada acaba convertendo-se, ele próprio, em mais um objeto agalmático, capaz de trazer alívio dentro da perspectiva contemporânea de que todos estejam, enfim, devidamente

anestesiados. E complementa: “(...) tornou-se patente a habilidade com a qual a indústria de psicofármacos procura velar os efeitos colaterais próprios a todo *Pharmakón* e se precipita, de modo cada vez mais ágil, a repor a mercadoria, concedendo-lhe novo nome e rótulo” (RUBIÃO, 2008, p. 181).

A fim de propagar o engodo de que tal empreitada seja possível, patologizam-se as dores da existência e criam-se novos estilos de vida pautados na promessa ilusória de um bem-estar ao alcance de todos. A ciência, encontrando-se e reafirmando o seu lugar ao lado do sujeito suposto saber, alia-se ao discurso capitalista, passando a oferecer uma substância supostamente milagrosa que anuncia a ideia de que aliar-se a eles de forma rápida e fácil, é sempre possível (PELEGRINI, 2003).

Por isso é preciso lembrar que, se não há possibilidade de vivenciar e até mesmo suportar as tristezas, as dores, o luto, um dos caminhos buscados pelos sujeitos pós-modernos é tratar o mal-estar como uma disfunção do corpo biológico. Tal posição leva a um assujeitamento, ou seja, o sujeito acredita que seus sofrimentos possam ser meros distúrbios neurofisiológicos. Os medicamentos psicotrópicos, ao encarnarem um lugar de salvação para todos os conflitos e sofrimentos, contribuem para o apagamento da responsabilidade do sujeito, que fica assujeitado aos imperativos pós-modernos de consumo inesgotável.

Ora, tais ideias aqui apresentadas coincidem com as noções de objeto a, o que reforça que o lugar ocupado pelo psicofármaco seria justamente esse. O psicofármaco, enquanto simulacro do objeto a, representará o resto da operação de surgimento do sujeito na cadeia significativa, já que este separa o sujeito do objeto causa. O psicofármaco surge como resto, portanto, como objeto mais-de-gozar. Não há o encontro com o objeto, já que este escapa a toda captura; há apenas uma busca incessante numa promessa de completude e sutura da falta. Há apenas uma esperança depositada no psicofármaco como superação de todos os conflitos e mal-estares.

Embora o remédio traga consigo essa esperança de completude, de resolução para toda decepção generalizada, é observável, como afirmou Rubião (2008), que a indústria de psicofármacos procura velar os efeitos colaterais próprios a todo *phármakon*, já que todo remédio comporta em seu lado obscuro, um veneno. E esse será o elemento a ser discutido a seguir.

O psicofármaco enquanto *phármakon*: um remédio e um veneno

No livro *A Farmácia de Platão*, Derrida (1997) apresenta as seguintes questões acerca da escrita: o que é a escrita no diálogo *Fedro*, de Platão? Qual sua origem? O que seria escrever? Seria um ato indecente, desonroso? Aliás, o que seria escrever de um belo modo? E ainda, como a escrita será acusada de repetir sem saber em oposição à pureza da fala.

A superioridade concedida à fala perante a escrita é apresentada pela ideia de *phármakon*, termo grego de sentido ambíguo, podendo ser traduzido, dentre outros termos, como remédio e como veneno (Derrida, 1997).

A leitura de Derrida (1997) sobre a cena da origem da escrita no diálogo de Platão se desenvolve expondo a ambivalência e a polissemia do termo *phármakon*. Esta palavra grega, *phármakon*, e a multiplicidade de sentidos que ela acarreta, permitem abordar e compreender o objeto de estudo desta pesquisa, a saber, os psicofármacos. A busca de objetos, como os medicamentos psicotrópicos, na cultura capitalista, objetos vindos de fora e atuando fora, coincide com as ideias centrais do *phármakon*.

Segundo Derrida (1997) a escrita, desde a antiguidade, foi relegada a um papel menor em relação à fala, a oralidade do discurso. O livro *A*

Farmácia de Platão traz à cena a origem da escrita apresentada por Sócrates a partir do antigo mito egípcio de Theuth. É por meio deste mito narrado por Sócrates que se estabelece a oposição entre o discurso falado e a escrita.

A tradução de *phármakon* por remédio – droga benéfica – não é de certa forma inexata, mas ingênua. Essa medicina benéfica que produz, repara, remedia, desfaz o outro polo reservado à palavra *phármakon*. Ela anula a fonte de ambiguidade e torna mais difícil, senão impossível, a inteligência do contexto. Diferentemente de droga, o termo “remédio” torna explícita a racionalidade da ciência, ao excluir do texto “o apelo à virtude mágica de uma força à qual se domina mal os efeitos, de uma dinâmica sempre surpreendente para quem queria manejá-la como mestre e súdito” (DERRIDA, 1997, p. 44). A tradução não é suficiente para abarcar o que a palavra representa. Por isso Platão sustenta a decisão de uma lógica intolerante entre dois sentidos contrários de uma mesma palavra.

A associação da escrita com o *phármakon*, advinda do exterior, artificial, tem a mesma intenção: em um mesmo gesto, livro e droga, a escrita e a eficácia se mostram de forma oculta, ambígua, “operando segundo as vias do mágico e não segundo as leis da necessidade” (DERRIDA, 1997, p. 17).

No cenário pós-moderno, o que orienta o indivíduo é a busca de uma poção mágica que impossibilite o reconhecimento do sofrimento inerente à existência, e o psicofármaco encarna muito bem esse papel: o da promessa de tamponar o desamparo.

A escrita/*phármakon*, assim como o psicofármaco, pode atuar na via exterior como consolação, compensação, remédio. Mas pode também encerrar o saber morto e rígido de opiniões propostas e acumuladas em nomenclaturas, receitas e fórmulas aprendidas de cor, ao enquadrar o sujeito em terminologias diagnósticas, não conferindo nenhum sentido ao que há de sofrente no ser humano.

O *phármakon*, no quadro da medicina clássica, se adapta muito bem ao saber do mestre ao tentar responder e encarnar o lugar de permanecer como um guardião de uma realidade a ser decifrada (SANTIAGO, 2001). Nessa lógica, o *phármakon* guarda a verdade do sentido do sofrimento, do sintoma, do mal-estar.

Todavia, se a demanda pós-moderna não é a de sentido nem da decifração de um enigma, é preciso lembrar, como afirma Miller (2004), que os sintomas, longe de serem guardados via *phármakon*, são necessários. Eles têm algo a dizer. Mas é preciso crer neles, para que estes novos sintomas sejam transformados em sintomas clássicos, analíticos, portanto, dignos de interpretação.

Considerações Finais

As reflexões aqui apresentadas não pretenderam se opor ao uso da medicação psicotrópica nem negar a sua eficácia e necessidade. Não se deve desconsiderar que a psicofarmacologia, ou o ato de medicar, é antes de tudo uma ação científica de tal relevância, que não pode ser simplesmente descartada a priori em nome de um uso mercantilista e simplificador. Transformar, entretanto, estas substâncias em poções mágicas que dariam conta por si só de calar toda a miséria humana é antes de tudo uma visão reducionista, algo, que, portanto, deve ser recusado.

O que se buscou foi ressaltar o uso que se faz delas, muitas vezes como um instrumento de modelo subjetivo, de formatação de processos de normalidade ao tentar solucionar todos os paradoxos da existência humana, estabelecendo, como projeto, um sujeito plenamente realizado, feliz, sem sofrimento. Um dos objetivos propostos neste artigo foi alertar para a necessidade de que a utilização dos psicofármacos ocorra dentro de um instrumento crítico ao proporcionar espaços de liberdade e singularização ao invés de aprisionamentos e assujeitamentos.

O presente artigo pretendeu apontar ainda, de que maneira a medicação vem sendo utilizada não somente como forma de alívio ou de cura, mas como parte de um sistema que produz subjetividades desinvestidas alicerçadas na crença de um suposto equilíbrio que ela promete alcançar. Quando se constata a tendência do sujeito pós-moderno de tentar medicalizar a dor da sua existência, observa-se que ele está indo para o lado oposto das premissas freudianas, o de dar sentido ao seu sintoma, e das lacanianas, o de desejar saber do que se trata o seu mal-estar. Portanto, as substâncias químicas não devem ser concebidas como uma solução estável e definitiva, já que, como Freud (1969 [1930]) explicita, há o retorno para o sujeito do efeito nocivo do recurso à droga.

O psicofármaco, como uma satisfação substitutiva ou como um novo sintoma pós-moderno, pode ser apresentado como uma das saídas possíveis da condição de falta, insuportável para certos sujeitos. Entretanto, se as medidas paliativas remedeiam a dor da existência, não há como desconsiderar que seus efeitos podem ser nefastos aos que priorizam apenas uma modalidade de tratamento, já que todo remédio comporta o veneno como sua face obscura.

A psicanálise nada tem em comum com promessas de bem-estar. Para ela, apenas o trabalho de construir uma questão possibilita a construção de uma resposta. Se o mundo pós-moderno é regido pela negação do sofrimento, há, na psicanálise, em contrapartida, o acolhimento à dor. Esta postura não é nova, nem moderna, nem pós-moderna; é simplesmente psicanalítica. Essa posição clínica permite que os produtos da cultura sejam retirados desse lugar de tamponar a falta estrutural ao possibilitar ao sujeito lidar com suas impossibilidades e sair deste circuito do gozo dos objetos de consumo. Neste sentido, a aposta da psicanálise sustenta-se na imortalidade do desejo e na responsabilização do sujeito para com suas escolhas. Dessa forma, a psicanálise promete não a completude, mas a abertura à particularidade do desejo:

contra o imperativo do ter, a psicanálise propõe a ética do falta-a-ter, que se chama desejo, e a gestão, não do capital financeiro, mas do capital da libido, por definição sempre negativo. Contra o imperativo da competitividade neoliberal, a ética da diferença” (QUINET, 2006, p. 22).

Sobre o artigo

Recebido: 17/04/2016

Aceito: 12/07/2016

Referências bibliográficas

ÁVILA, Renato José de. **"A pílula da felicidade": a demanda e o consumo de Fluoxetina e suas relações com os imperativos do discurso capitalista.** 2014,73f. Dissertação (Mestre em Psicologia) - Universidade

Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte: 2014.

CALAZANS, R. & LUSTOZA, R. Z. Medicalização do psíquico: os conceitos de vida e saúde. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 60, n.1, p. 124- 131, 2008.

COELHO, C. M. S. Psicanálise e laço social – uma leitura do seminário 17. **Mental. Barbacena**, v. 4, n. 6, p. 107-121, 2006.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1997.

FREUD, Sigmund. O sentido dos sintomas (1916-1917). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XVI.

FREUD, Sigmund. Os caminhos para a formação dos sintomas (1916-1917). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XVI.

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização (1930). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XXI.

JACOB, Cláudia Alves; PINTO COHEN, Ruth Helena. O sujeito contemporâneo: um recorte psicanalítico. **Mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, v. 10, nº 2, p. 537-554, 2010.

LACAN, J. **Seminário 17 - o avesso da psicanálise** (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. Del discurso psicoanalítico (1972/2013). **Conferência de Lacan em Milán**. 12 de mayo de 1972.

LAURENT, Éric. A profunda e duradoura crise na zona DSM. **Revista de Psicologia Plural**, Belo Horizonte, n. 35, p. 11-18, 2012.

MAGALHÃES, Elizabeth Karam. Dos novos sintomas ao sintoma analítico. **Latusa Digital**, Ano 02, n. 14, p. 01-10, 2005.

MILLER, J. Uma fantasia. **Conferência de Jacques-Alain Miller em Comandatuba**. IV Congresso AMP, 2004.

_____. **O inconsciente real. Orientação Lacaniana III**, n. 9, p. 1-10, 2006.

PELEGRINI, Marta Regueira Fonseca. O Abuso de Medicamentos Psicotrópicos na Contemporaneidade. **Psicologia, Ciência e Profissão**. São Paulo, n. 21, p. 38-43, 2003.

QUINET, Antônio. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

RUBIÃO, Laura Lutosa. Pílulas da felicidade versus oportunidade do sintoma: sobre a noção de felicidade em psicanálise. **Cartas de psicanálise – Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise**, ano 3, v. 2, n. 4, p.181-183, 2008.

SANTIAGO, Jesús. **A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. Lacan e a toxicomania: efeitos da ciência sobre o corpo. **Revista Ágora**. Rio de Janeiro, v. 04, n.1, p. 23-32, 2001.

TEIXEIRA, Vanessa Leite, COUTO, Luís Flávio Silva. A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 15, n. 3, p. 583-591, 2010.

VIEIRA, Marcus André. (2013) **Desmedicalizar?** Disponível em: http://www.litura.com.br/artigo_repositorio/desmedicalizar_pdf_1.pdf.